

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 689 - Brasília, quinta-feira, 14 de maio de 1998

## Serviço civil obrigatório é aprovado em 1º turno

*Emenda do senador Antonio Carlos Magalhães pretende aproveitar, para trabalho social em escolas, hospitais e entidades comunitárias, os jovens que não cumpriram o serviço militar, inclusive mulheres e religiosos*

### Museu Eletrônico preserva a memória

Com o lançamento de cinco CDs contendo *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, a coleção de Anais e das Constituintes de 1823 e 1988, foi inaugurado ontem, pelo presidente Antonio Carlos Magalhães, o Museu Eletrônico do Senado, cujo maior objetivo é preservar a memória do país. **Página 5**



Antonio Carlos Magalhães assiste a um dos CD-ROMs, ao lado do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia

Proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães, criando o serviço civil obrigatório para jovens isentos ou dispensados do serviço militar, foi aprovada ontem, em primeiro turno, pelo plenário do Senado, por 61 votos a favor e nenhum contra. Pela proposta, que exigirá regulamentação, as mulheres e os religiosos também poderão ser convocados para o serviço civil em escolas, hospitais, entidades sociais e comunitárias, prefeituras e na burocracia militar. O projeto tramitou em conjunto com outro, do senador Pedro Simon, e sua aprovação foi recomendada por todos os líderes partidários. **Página 3**

### Marcha pelas crianças une ACM e Temer

**PÁGINA 8**

### Abolição é lembrada com críticas

**PÁGINA 7**

### Senado quer ouvir ministro sobre greve

**PÁGINA 3**



Bernardo Cabral (D) submeteu a questão aos membros da CCI, que decidiram manter o parecer

### Plenário vai decidir sobre novo ministro do STM

Caberá ao plenário do Senado decidir se aceita o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que aprovou a indicação do nome de João Batista Silva Fagundes para ministro do Superior Tribunal Militar. Os membros da CCJ anunciaram a decisão ontem, após discutirem o assunto na reunião da manhã. **Página 6**

# Senado vota crédito para Alagoas pagar servidores

O Senado realiza sessão ordinária às 10h de hoje, devendo votar, em regime de urgência, dois projetos de resolução. O primeiro autoriza Alagoas a transferir saldo não utilizado de operação de crédito celebrada com a Caixa Econômica Federal, relativa ao Programa de Desligamento Voluntário

(PDV), para o pagamento de salários atrasados de servidores públicos estaduais. O projeto tem parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que o relatou na Comissão de Assuntos Econômicos.

O segundo projeto autoriza o Rio Grande do Sul a emitir, mediante ofertas públicas, Letras

Financeiras do Tesouro do Estado (LFTRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no primeiro semestre de 1998. O projeto foi relatado na Comissão de Assuntos Econômicos pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que também ofereceu parecer favorável.

## Comissão de Rádio e TV registra trabalho em livro

Uma maior fiscalização da sociedade sobre os programas de TV, ao lado de uma legislação específica para programação infantil e a possibilidade de os pais controlarem as TVs por assinatura são as principais sugestões apresentadas no relatório da Comissão Especial de Análise da Programação de Rádio e TV, divulgado ontem em livro pelo Senado Federal.

O livro, de 610 páginas, traz a transcrição de todas as palestras e depoimentos colhidos pela comissão em três anos de funcionamento. Traz também a legislação conexa e as novas legislações na área. O relatório foi apro-



Simon foi o relator da comissão, da qual Napoleão era presidente

vado na comissão em 9 de dezembro do ano passado, e publicado sete dias depois. O relator da comissão foi o senador Pedro Simon (PMDB-RS), e seu presidente, o se-

gador Hugo Napoleão (PFL-PI). A comissão pede também a instalação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso.

## TV debate extinção dos juizes classistas

A proposta de emenda à Constituição que prevê a extinção da figura do juiz classista será debatida hoje, na TV Senado, pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF) e pelo presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas (Anajucla), Ramon Castro Touron.

Leonel quer que a Justiça do Tra-

balho seja absorvida pela Justiça comum, para agilizar o andamento dos processos trabalhistas e reduzir a despesa pública. Já o presidente da Anajucla acha que os juizes classistas garantem isenção aos julgamentos e, por isso, devem ser mantidos.

O debate vai ao ar às 8h e 19h30.

## Audiência discute Carta Social do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), realiza hoje, às 9h30, no plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, audiência pública destinada a discutir sua Carta Social. Estão convidados para esse encontro o embaixador Renato Marques, em nome do Itamaraty, além de representantes de várias outras entidades.

Deverão comparecer pessoas

designadas pelos seguintes organismos: CNBB; CUT; OAB; Força Sindical; CGT; Subgrupo 10-GMC-Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social; Conselho da Mulher; Conanda; CFêmea; Fundação Cultural Palmares; Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; e Viva Rio. Atuarão como mediadores a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o deputado Confúcio Moura.

## Benedita lembra 135 anos da Cruz Vermelha

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) homenageou a Cruz Vermelha ao lembrar que, há 135 anos, comemora-se em 8 de maio o Dia Mundial dessa organização internacional. "A idéia da criação da Cruz Vermelha surgiu em 1859, na mente do suíço Henry Dunant, e o dia 8 de maio foi escolhido como data comemorativa da organização por ser a do nascimento, em Genebra, de seu grande idealizador e fundador", disse a senadora.

Benedita explicou que Henry Dunant tomou a iniciativa de organizar um corpo de voluntários durante a Batalha de Solferino, na Itália, onde franceses e italianos combatiam os austríacos. A idéia surgiu ao ver cerca de 40 mil homens feridos ou moribundos espalhados pelos campos sem assistência médica adequada. Dunant acomodou os feridos

em igrejas, escolas e casas particulares da região.

Em 1864, continuou a senadora, foi instituído o Movimento Internacional da Cruz Vermelha, após a assinatura da Convenção de Genebra. Hoje, a entidade tem Sociedades Nacionais em 171 países e reúne cerca de 350 milhões de voluntários que lutam para prevenir e atenuar os sofrimentos humanos com total imparcialidade, sem distinção de raça, nacionalidade, nível social, religião ou opinião política.

Fundada em 1908, a Cruz Vermelha Brasileira também foi lembrada por Benedita devido ao seu trabalho como auxiliar dos poderes públicos no atendimento à população em caso de seca, de inundações, catástrofes e epidemias, em comum acordo com a Defesa Civil.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Antônio Carlos Magalhães

- 10h - Reunião com líderes do Senado
- 11h - Sessão deliberativa ordinária do Senado
- 15h30 - Despacho interno

### PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 48/98, que autoriza Alagoas a transferir saldo não utilizado de operação de crédito celebrada com a Caixa Econômica Federal, relativa ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, para o pagamento de salários atrasados de servidores públicos estaduais; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 44/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS), destinando-se os recursos ao

giro de sua dívida mobiliária com vencimento do 1º semestre de 1998

### COMISSÕES

9h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Discussão sobre Carta Social do Mercosul Convidados: Representantes do Ministério das Relações Exteriores; do Subgrupo 10-GMC - assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social; Conselho da Mulher; Conanda; CFêmea; CUT; Fundação Cultural Palmares; Sindicato dos Engenheiros do RJ; Força Sindical; CNBB; CGT; OAB; e Viva Rio. Mediadores: senadora Benedita da Silva e o deputado Confúcio Moura. Plenário nº 3 - Anexo II da Câmara dos Deputados

10h - Comissão Mista

Pauta: Exame e emissão de parecer sobre a "MP nº 1.605-23, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antônio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes do Secretário: Emília Fernandes

Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sívio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sívio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Lei regulamentará a natureza e a duração do trabalho que será prestado pelos jovens isentos ou dispensados do serviço militar em instituições de ensino, hospitais, prefeituras, centros comunitários e entidades sociais

## Plenário aprova serviço civil obrigatório

Por 61 votos a favor e nenhum contra, o plenário aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria no Brasil o serviço civil obrigatório, destinado a jovens isentos ou dispensados do serviço militar. Também serão obrigados a prestar o serviço civil as pessoas que se recusarem a fazer o serviço militar sob a alegação de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.

Uma lei terá de regulamentar o novo serviço, e, conforme o projeto aprovado, as mulheres e os religiosos poderão ser convocados para o serviço civil, que será prestado em escolas, entidades sociais, enfermarias de hospitais, prefeituras, serviços comunitários ou na burocracia militar. Em sua justificativa, o senador Antonio Carlos Magalhães afirma que propõe o serviço civil no capítulo da Constituição que trata das Forças Armadas porque o recrutamento terá de aproveitar os atuais mecanismos de convocação do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Caberá à lei de regulamentação definir quanto tempo os convocados dedicarão ao novo serviço e como uma entidade social, escola ou prefeitura poderá solicitar o trabalho dos jovens. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (PFL-SP), observou que o serviço civil conta com o apoio do Estado-Maior das Forças Armadas. A proposta aprovada tramitou em conjunto com outra, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com a mesma finalidade.

Durante a discussão da matéria, seis senadores destacaram a importância do serviço civil obrigatório. Os líderes partidários, inclusive do Bloco Oposição, recomendaram votos a favor. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que se absteve durante a votação na CCJ, deu voto favorável em plenário, observando que, à época, tinha dúvidas sobre a conveniência da proposta, mas mudou de idéia desde então.

Para o senador Pedro Simon, o serviço civil contribuirá para a formação cívica dos jovens brasileiros, lamentando que as Forças Armadas já não conseguem recrutar para o serviço militar a maioria dos alistados. "Em Porto Alegre, por falta de dinheiro, o Exército chegou ao ponto de dar preferência no recrutamento a jovens que podem chegar às 8 horas da manhã e ir para casa às 5 da tarde, para que os quartéis economizem até mesmo em comida", disse.

A proposta foi elogiada ainda pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Benedita da Silva (PT-RJ).



No exame da matéria em primeiro turno, todos os 61 senadores presentes votaram a favor da proposta de ACM

## Vai à CAE emenda que altera ICMS sobre petróleo

Em seu quinto dia de discussão, o plenário concordou ontem em enviar para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que altera a forma de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre petróleo e energia elétrica. Os senadores presentes, em função de requerimen-

to do senador Ademir Andrade (PSB-PA) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), entenderam que o debate será enriquecido com o parecer técnico da CAE.

Pela emenda proposta por

Melo, o recolhimento do ICMS ficará com os estados produtores de petróleo e energia elétrica e não, como estabelece a Constitui-

ção, com os estados consumidores. Ele voltou a afirmar que a sua proposta não aumentará o preço final dos produtos para os consumidores. Segundo o senador, a idéia é combater um mecanismo concentrador que não traz nenhum benefício à população e ainda "penaliza mais uma vez os estados mais pobres".

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apoiou a proposta, ressaltando que o seu estado passa por dificuldades sociais e que a arrecadação do ICMS sobre a pro-

dução petrolífera contribuiria para a geração de empregos. A senadora afirmou que o Rio sofreu um esvaziamento econômico, lembrando que, "de todo o petróleo produzido lá, cerca de 60% da produção do país, nada de ICMS fica com o estado". Em apertes, manifestaram também seu apoio à iniciativa de Geraldo Melo os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN).

Em contrapartida, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou algumas dúvidas, afirmando que a questão "é complexa" e que a alteração na Constituição poderia trazer prejuízo a estados pobres como Tocantins, Piauí e Maranhão, que não são produtores de petróleo. Diante da discussão, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoiou o requerimento, ponderando que a matéria requer debate mais amplo.



Melo é o autor da emenda

## Senadores decidem convocar Paulo Renato

O plenário do Senado aprovou requerimento dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) convocando o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para explicar as razões da greve dos professores universitários e apontar possíveis soluções para o impasse em que se encontram as negociações.

Segundo Ademir, os estudantes estão ameaçados de perder o semestre, dada a duração da greve - mais de três semanas. "A adesão ao movimento cresce em escala geométrica: hoje, cerca de 70% das instituições estão em greve, o que permite supor que, em breve, o con-

junto das 52 universidades federais estará cruzando os braços", alegou o senador, ao justificar seu requerimento.

Ademir Andrade observou que a solidariedade dada por funcionários e estudantes aos professores demonstra ser coletiva a causa da greve, pois está em jogo a própria sobrevivência da universidade pública no país. Segundo o senador, "a questão do crédito educativo também merece esclarecimentos, tanto no que tange aos recursos disponíveis para garantir esse benefício quanto à origem desses recursos e até mesmo quanto ao acesso dos estudantes ao crédito".

## Dependentes poderão ajuizar ação trabalhista

Projeto que estende aos dependentes econômicos de empregado falecido o direito de ajuizar ação trabalhista foi aprovado ontem pelo plenário. A proposta prevê que o dependente econômico que tenha vivido comprovadamente às custas do empregado falecido receberá parte das indenizações determinadas pela Justiça do Trabalho em igualdade de condições com os sucessores legítimos.

O projeto foi apresentado na Câmara pela deputada Rita Cama-

ta (PMDB-ES) e, no Senado, recebeu parecer favorável do senador, hoje licenciado, Waldeck Ornelas (PFL-BA). O objetivo da proposta, conforme a autora e o relator, é adequar o texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) à Constituição de 88 na parte que trata de prescrição de direito trabalhista - de cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato, e de até dois anos após o fim do contrato para o trabalhador rural. O projeto vai

à sanção presidencial.

Na mesma sessão, o plenário aprovou projeto que cria 400 novos cargos de agente penitenciário na Polícia Civil do Distrito Federal. Pela Constituição, compete ao governo federal organizar e manter a PM, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros de Brasília. Na exposição de motivos que o presidente da República enviou ao Congresso, o ministro da Justiça pondera que no DF existem seis presidiários para cada agente penitenciário, quando a ONU recomenda um agente para cada três presos. A proposta foi relatada favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

## Campos teme prejuízos para produtor rural

O senador Júlio Campos (PFL-MT) manifestou sua preocupação em relação aos acordos comerciais bilaterais ou multilaterais na área de produtos agrícolas, firmados pelo governo brasileiro. Ele observou que outros países têm-se beneficiado da globalização com a redução das alíquotas brasileiras de importação, o abrandamento das salvaguardas e a derrubada de barreiras alfandegárias, sem nada oferecer em contrapartida.

— Reivindicando igualdade nesses acordos, os agricultores brasileiros preocupam-se, basicamente, com a proposta de criação da Associação de Livre Comércio das Américas (Alca) e cobram maior ousadia dos ministérios da Indústria e do Comércio e de Relações Exteriores nas negociações com nossos parceiros comerciais — afirmou o senador.

Segundo Júlio Campos, os agricultores brasileiros vêm nas negociações preliminares do Itamaraty, visando ao estabelecimento da Alca, uma oportunidade de corrigir distorções que têm prejudicado sua atividade. Dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura, citados pelo senador, observam que esse é o momento oportuno para exigir, especialmente dos Estados Unidos e do Canadá, uma contrapartida às facilidades oferecidas por nosso país.

Júlio Campos defendeu a adoção de uma política mais agressiva nas negociações, uma vez que as tarifas de importação dos produtos agrícolas estão muito baixas. "Em outros termos, a agricultura nacional não teria muito a perder. E justifica-se, finalmente, porque, entendem os agricultores, e nisso parece haver um consenso nacional, a igualdade de condições para produzir e exportar deve prevalecer entre todos os países-membros da futura entidade", disse o senador.

*Moção proposta por Jefferson Péres ainda depende de apreciação do plenário. Tuma considera explosões de bombas "uma demonstração de força" e diz que caminho da paz é outro*

## CRE repudia testes nucleares da Índia



Entre o diretor do FBI e o embaixador norte-americano (D), Tuma preside a reunião da CRE

## FBI quer integrar ações das polícias

O diretor-geral do Escritório Federal de Investigação dos EUA (FBI), Louis Freeh, falou ontem, em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), sobre a interação de "maneira global" do trabalho das agências oficiais internacionais de polícia.

Segundo Freeh, as agências federais como o FBI, a Polícia Federal do Brasil e as internacionais, como a Interpol e uma recém-criada, a Europol (Europa) — em decorrência da unificação dos países daquele continente — deve-

rão trabalhar integradamente, reapertando conhecimentos e novas tecnologias desenvolvidas para a investigação.

### RELACIONAMENTO

O presidente em exercício da CRE, senador Romeu Tuma, destacou o bom relacionamento do FBI com a Polícia Federal brasileira e observou que crimes como o narcotráfico, lavagem de dinheiro, contrabando de armas e os mais recentes, como os "crimes de informática", devem consumir cada vez mais recursos para ser

combatidos.

Tuma ressaltou a importância de o assunto ter sido abordado na audiência com o representante do FBI e os senadores, para que se chamasse a atenção do Congresso sobre a necessidade de rever os orçamentos destinados a combater tais crimes.

Os senador Bernardo Cabral (PFL-AM), Benedita da Silva, Hugo Napoleão (PFL-PI), Eduardo Suplicy (PT-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e José Agripino (PFL-RN) participaram da reunião.

## Comissão aprova novo embaixador

A indicação do diplomata Joaquim Augusto Whitaker Salles para o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Quênia foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A nomeação, proposta pelo presidente da Repúbli-

ca, teve parecer favorável da senadora Benedita da Silva.

A indicação de Whitaker Salles foi aprovada em sessão secreta, em que o candidato foi sabatinado pelos senadores presentes. Agora a mensagem presidencial será apreciada pelo plenário, também em sessão secreta, com votação prevista

para hoje. Ele ocupa atualmente o cargo de ministro de segunda classe do quadro permanente da carreira de diplomata. A senadora Benedita da Silva comentou o currículo do candidato, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, e destacou aspectos da carreira do diplomata.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado aprovou ontem o envio de moção ao governo da Índia repudiando os testes nucleares subterrâneos realizados por aquele país, apesar do clamor contrário da comunidade internacional. A moção foi proposta pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

O texto repele com indignação os testes, pelos enormes riscos que representam. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da comissão, defendeu a aprovação do documento. "Tais experiências são apoiadas pelo frágil argumento de defesa. Trata-se de uma demonstração de força. O caminho da paz é outro", disse Tuma.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) também se mostrou favorável à moção, afirmando que na busca da paz e tranquilidade na comunidade internacional não cabem atitudes dessa natureza. A moção será ainda analisada pelo plenário do Senado.

## Ratificadas medidas em defesa do mar

Texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, realizada em Londres, em 1990, foi aprovado na reunião de ontem da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A convenção foi analisada pelo senador Bernardo Cabral, que deu parecer favorável à adesão do Brasil ao acordo. "Trata-se de um instrumento internacional para a adoção de medidas para defender o ambiente marinho", explicou Cabral. O texto aborda principalmente acidentes acontecidos com navios e plataformas oceânicas.

O senador destacou que 10% da poluição marinha se originam do transporte marítimo, um problema que precisa ser evitado. A convenção trata de precauções e responsabilidades comuns. Ele salientou que o texto é favorável aos países mais carentes, uma vez que prevê o reembolso com gastos para solucionar problemas causados pelo vazamento de óleo. A matéria vai ao plenário.

## Acordo com Angola tem parecer favorável

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou também acordo sobre a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em Luanda. O prédio será construído em terreno cedido pelo governo de Angola por 60 anos e servirá para habitação

de funcionários da embaixada. O acordo recebeu parecer favorável da senadora Benedita da Silva.

A comissão aprovou também texto modificativo do Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento. O projeto teve parecer favorável do sena-

dor Abdias Nascimento (PDT-RJ), para quem o texto refere-se basicamente a modificações administrativas. "Trata-se de matéria de interesse do Brasil", afirmou o senador. Os dois acordos serão submetidos ainda ao plenário do Senado.



Campos reivindica igualdade

Tecnologia digital coloca à disposição da população os Anais da Casa e das Constituintes de 1823 e 1988, além dos mais importantes pronunciamentos feitos por parlamentares nas últimas décadas

## ACM inaugura museu eletrônico do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem o Museu Eletrônico do Senado, com o lançamento do álbum de cinco CDs da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, reunindo alguns dos mais importantes discursos das últimas décadas, e da coleção dos Anais do Senado e das Constituintes de 1823 e 1988, que registra em tecnologia digital (CD-ROM) 173 anos do Legislativo brasileiro.

Ao presidir a solenidade, realizada no plenário, o senador ressaltou que a iniciativa demonstra a constante preocupação da Casa com a preservação da memória nacional e o compromisso de garantir perfeita transparência aos trabalhos parlamentares:

— O museu nasceu de uma decisão minha, tomada, para que o povo conhecesse integralmente a verdade sobre o Parlamento do nosso país — dis-



Durante a cerimônia, Antonio Carlos afirmou que o Senado nunca legislou "tanto e tão bem" quanto atualmente

se.

Antonio Carlos afirmou que a inauguração do museu vem pontuar "um momento importante da vida do Congresso Nacional", caracterizado pela aceleração do ritmo dos trabalhos legislativos:

— Nunca o Senado legislou

tanto e tão bem quanto nesta fase. Todos os senadores, do governo e da oposição, têm trabalhado unidos pelo desejo de bem servir ao país, e a Câmara do mesmo jeito — disse.

O senador agradeceu a dedicação da equipe de funcionários da

Casa que trabalhou na instalação do museu, sob o comando do diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita; do diretor-geral, Agacieli da Silva Maia; e do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Depois do pronunciamento de

Antonio Carlos, foi projetado em dois telões armados nas laterais do plenário um vídeo sobre a criação do museu e seu funcionamento. Em seguida, o senador convidou os presentes a assistir a uma demonstração do serviço em sete terminais de computador instalados no Salão Azul.

Compareceram à cerimônia senadores e deputados, autoridades como o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e familiares de parlamentares cujos pronunciamentos foram selecionados para a coletânea, entre eles o embaixador Afonso Arinos, filho do ex-senador de mesmo nome, o jornalista Franklin Martins, filho do ex-senador Mário Martins, além de parentes dos ex-parlamentares Gustavo Capanema e Vieira de Mello. Também estava presente o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), incluído na seleção com um discurso pronunciado em 1967.

## Iniciativa a juda a preservar a memória do país

O Senado ofereceu ontem uma importante contribuição para a preservação da memória política do país, com a criação do Museu Eletrônico do Senado, projeto que inclui o lançamento de cinco CDs (áudio) da coleção *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, colocando à disposição da sociedade 20 discursos proferidos no Congresso, de 1954 a 1976, cuja importância histórica ainda é presente. A íntegra dos pronunciamentos se encontra disponível também em livro.

O acervo do museu apresenta ainda a coleção dos *Anais do Senado Brasileiro*, desde a Assembleia Constituinte do Império, em 1823, até 1996. A íntegra dos Anais está reunida em 52 CDs, e há previsão de colocação, em breve, do material na Internet. Além desses dois lançamentos, o acervo contém o material jornalístico produzido pelos veículos de comunicação da Casa. São imagens de televisão, gravações de rádio, fotos e a coleção do *Jornal do Senado*, registrando as atividades parlamentares, com a devida indexação eletrônica para facilitar a consulta.

Boa prova do valor históri-

co do material lançado ontem pela Casa são os dois discursos do senador Afonso Arinos feitos em defesa do jornalista Carlos Lacerda, acusado de divulgar documentos secretos para prejudicar o presidente Getúlio Vargas. "Ele nos acusa de estar-

mos mentindo contra o seu governo. Eu pergunto: será mentira o sangue na sarjeta da Rua Toneleros?", indagou Arinos, referindo-se ao atentado contra Lacerda.

Do segundo CD constam discursos de Otávio Mangabeira, Mário

Martins, San Thiago Dantas e do ex-presidente do Congresso Auro Moura Andrade. A obra traz o texto de renúncia do ex-presidente Jânio Quadros. "Nesta data e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de

presidente da República", afirmou Jânio, no discurso lido por Auro Moura Andrade.

No terceiro CD estão registrados discursos do ex-presidente João Goulart e do ex-ministro da Educação Gustavo Capanema. O quarto é dedicado a pronunciamentos do ex-presidente Juscelino Kubitschek e do fundador das Ligas Camponesas, Francisco Julião, entre outros. Juscelino fez discurso emocionado, em que se declara "tomado de grande tristeza", em virtude da cassação de seus direitos políticos, pelo regime militar, em 1964. O discurso de Julião prega a reforma agrária, um tema que ainda hoje faz parte da agenda nacional.

Completa a coleção CD com discursos dos ex-senadores Teotônio Vilela e Tancredo Neves, em homenagem a JK, por ocasião da sua morte, em agosto de 1976. De todos os oradores, apenas o senador Josaphat Marinho ainda exerce mandato eletivo. Foi selecionado pronunciamento em que Josaphat faz veemente defesa do Legislativo, ameaçado, em 1967, pelo regime de exceção.



Os senadores Antonio Carlos e José Sarney observam imagens de CD-ROM junto ao diretor Fernando Cesar

*Comissão não vê motivo para rever aprovação do nome de João Batista Fagundes para ministro do Superior Tribunal Militar*

## CCJ espera decisão do plenário sobre indicação para o STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem que a tramitação da indicação de João Batista Silva Fagundes para ministro do Superior Tribunal Militar (STM) seguirá seu caminho natural, passando à análise do plenário. Caberá a este decidir se rejeita o parecer da CCJ ou se encaminha a matéria de volta à comissão.

A CCJ tomou conhecimento ontem do ofício encaminhado pelo presi-



Restrições à nomeação de Fagundes como ministro causaram polêmica na CCJ

dente do STM ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, transmitindo a inquietação dos ministros do tribunal com a possibilidade de nomeação de João Batista da Silva Fagundes para juiz do STM. Segundo o ofício do tribunal, Silva Fagundes não pode ocupar a vaga deixada pelo ministro civil, Paulo César Cataldo, por ser militar reformado, ainda remunerado pelas Forças Armadas. Sua indicação foi aprovada na comissão com parecer favorável do relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), com apenas três ausências.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), rece-

beu o ofício do STM no último dia 7 e, em seguida, solicitou manifestação do relator. Em sua resposta, datada do último dia 11, Simon considera a matéria já julgada e pede que seja indicado outro relator, caso a CCJ entenda que deva ser realizado novo exame.

Cabral colocou em discussão qual seria a atitude da comissão diante do ofício do STM. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que se absteve na votação, defendeu o reexame da questão e anunciou que apresentará requerimento em plenário, pedindo que a CCJ volte a se pronunciar sobre o mérito da indicação de Silva Fagundes.

Para os senadores Jefferson Péres

(PSDB-AM) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o ofício do STM não traz fato novo. "Não há argumentos adicionais àqueles levantados durante a decisão da comissão", argumentou Jefferson. Para Alcântara, como o despacho de ACM não pede nova análise, o Regimento é claro: a matéria só pode ser reexaminada pela comissão se houver solicitação do plenário.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) revelou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com mandado de segurança com pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) arguindo a inconstitucionalidade da indicação de Silva Fagundes.

## Nabor Júnior é contra aposentadoria especial para os motoristas

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) parecer contrário a projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que garante ao motorista de ônibus ou de caminhão um adicional de aposentadoria por invalidez, e aos seus dependentes um adicional de pensão por morte, quando se acidental durante o exercício da profissão. A matéria deverá ser votada pela CAS na próxima semana.

O adicional proposto representa um acréscimo de 30% aos valores vigentes para aposentadoria e pensão. O projeto prevê ainda que as empresas cuja atividade preponderante seja transporte rodoviário de cargas ou de passageiros passarão a recolher 1% da folha salarial para custear aposentadorias e pensões especiais dos motoristas a seu serviço.

No parecer, Nabor Júnior afirmou que a proposição de Rocha "vai ao contramão de uma das

principais mudanças que vêm sendo empreendidas na legislação previdenciária: o fim de benefícios especiais vinculados a categorias específicas de trabalhadores, tal qual era realidade, pouco tempo atrás, para jornalistas, telefonistas, aeronautas, juizes classistas e jogadores profissionais de futebol".

Nabor Júnior acrescentou que a criação de novos benefícios, mesmo com a previsão de nova contribuição social para custear as respectivas despesas, está totalmente deslocada da realidade que caracteriza o sistema previdenciário brasileiro:

— A inconsistência financeira do sistema, representada pelo déficit potencial que se afigura, tem pressionado mudanças legais destinadas a reduzir despesas, especialmente por intermédio da eliminação de benefícios, destacando-se nesse processo a própria reforma constitucional da matéria.



Comissão de Assuntos Sociais considerou inoportuno projeto da Câmara

## CAS rejeita regras para emissão de receita médica

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), rejeitou ontem, por unanimidade, projeto de lei da Câmara que estabelece normas para o preenchimento de receituários médicos expedidos por instituições de saúde pública ou conveniadas, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A comissão acompanhou o parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), contrário ao projeto.

Pela proposição, haveria a exigência de os medicamentos prescritos serem identificados pela denominação genérica constante da Relação Nacional de Medicamentos (Rename). No caso de o medicamento não

constar da relação, o médico ou dentista deveria registrar na receita essa observação.

O senador Lúcio Alcântara observa em seu parecer que já existem na legislação vigente normas que obrigam a adoção das denominações genéricas dos medicamentos, com nome do sal ou do princípio ativo de sua composição.

— Não nos parece oportuno instituir a obrigatoriedade de médicos e dentistas registrarem, na prescrição, se o medicamento está ou não na citada relação — justifica Lúcio Alcântara, acrescentando que a medida também teria resultados limitados, já que se refere apenas às receitas do SUS.

## Aprovada alteração no Código de Trânsito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que inclui, entre as excepcionais previstas para a permissão do transporte de passageiros em veículos de carga ou misto, os locais onde não houver linha regular de ônibus ou a existente não for suficiente para atender ao aumento da demanda. O projeto, relatado favoravelmente pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), irá diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para sua votação pelo plenário do Senado.

Para que aquele tipo de transporte possa ser feito, devem ser obedecidas as condições de segurança estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e normas específicas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Quando o

percurso exigir a circulação por vias de várias circunscrições, uma autorização federal dispensará as permissões estaduais e municipais.

Francelino Pereira lembrou em seu parecer as peregrinações feitas porromeiros durante eventos como o Círio de Nazaré, no Pará, e as festas em louvor a Padre Cícero, no Ceará, e a Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo, como ocasiões onde milhares de pessoas se deslocam de suas casas utilizando todos os meios de transporte disponíveis. "Isto ocorre ou porque não são atendidos por linha regular de ônibus ou porque a existente não suporta a demanda extra de passageiros", explicou Francelino.

Ao votar pela aprovação do parecer, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que o transporte dessesromeiros já vinha ocorrendo na prática, faltava apenas a regulamentação. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também

expressou a mesma opinião, argumentando que a aplicação da norma atual do Código de Trânsito criaria problemas para os participantes de manifestações populares. "Por outro lado, não cumprir a lei seria desmoralizá-la", completou.

### GRATIFICAÇÃO

A CCJ também aprovou parecer do relator Romeu Tuma favorável a projeto de lei da Câmara que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia. Serão beneficiados os ocupantes de cargos efetivos de nível superior das carreiras de pesquisa em ciência e tecnologia, de desenvolvimento tecnológico e de gestão, planejamento e infra-estrutura em ciência e tecnologia. Também terão direito à gratificação os ocupantes de cargos efetivos de níveis intermediário e superior da carreira de desenvolvimento tecnológico. A matéria será submetida agora ao plenário.

Ocorrida há 110 anos, libertação dos escravos é, para o senador, apenas uma "mentira cívica", assim como a "democracia racial" de que tanto se fala seria só um mito

# Abdias defende uma nova abolição

A Abolição da Escravatura, ocorrida há 110 anos, foi lembrada ontem pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) como "o principal sustentáculo teórico da supremacia eurocêntrica", utilizado no Brasil pela propaganda oficial - ou seja, o mito da democracia racial.

Ao invés de comemorar o 13 de Maio, trata-se, a seu ver, de denunciar a "mentira cívica" que essa data representa", enfrentar as condições de discriminação contra os negros e realizar uma segunda abolição da escravatura.

- De escravos, os negros passaram a favelados, meninos de rua, vítimas preferenciais da violência policial, discriminados na esfera da Justiça e do mercado de trabalho, invisibilizados nos meios de comunicação, negados nos seus valores, na sua religião e na sua cultura. Cidadãos de uma curiosa "democracia racial", em que ocupam,

predominantemente, lugar de destaque em todas as estatísticas que mapeiam a miséria e a destituição - enfatuou.

O senador salientou que, nesses 110 anos, os vários instrumentos de coerção e imobilização integrantes do mito da "democracia racial" não impediram a organização da população afro-brasileira em torno da luta pela justiça e pela igualdade. Assim, já na década de 30, surgiu a Frente Negra Brasileira, transformada em partido político e fechada com o golpe que instituiu o Estado Novo.

Abdias Nascimento lembrou que, na década de 40, juntamente com outros militantes, criou o Teatro Experimental Negro, organização que fundia arte, cultura e política na cons-



Abdias: mobilização

cientização dos afro-brasileiros, e dos brasileiros em geral, para as questões do racismo e da discriminação e para a valorização da cultura de origem africana. "Desde a década de 80, o Movimento Negro ecoa idéias e ações de lideranças negras de vários países, forjadas na luta contra o imperialismo, o colonialismo e o racismo", disse.

Uma das principais reivindicações do Movimento Negro é a chamada "ação afirmativa", que o senador prefere denominar de "ação compensatória". Ao contrário dos que a criticam, Abdias defendeu que essa ação "recompensa o mérito" e não peca por inconstitucionalidade:

- Ação afirmativa é um instrumento, ou conjunto de instrumentos,

utilizado para promover a igualdade de oportunidades no emprego, na educação, no acesso à moradia e no mundo dos negócios - explicou.

Trata-se, segundo ele, de aumentar a participação de pessoas qualificadas, pertencentes a segmentos sociais historicamente discriminados, em todos os níveis e áreas do mercado de trabalho; de ampliar as oportunidades educacionais dessas pessoas, principalmente no ensino superior; e de garantir às empresas de pessoas discriminadas oportunidades de contratos com os três níveis de governo.

Quanto à alegada inconstitucionalidade, Abdias defende que a ação afirmativa é uma "discriminação positiva" em favor dos negros, assim como o direito de as mulheres se aposentarem com menor tempo de serviço ou a reserva de vagas para mulheres nas listas de candidatas partidárias.

# Senadores condenam proibição de panfletagem

Líder do PPS, o senador Roberto Freire (PE) opôs-se ontem à decisão de um juiz de Belo Horizonte, que notificou o seu partido pela realização de panfletagem em favor da candidatura



Roberto Freire

Ciro Gomes, na praça 7 de Setembro, em Belo Horizonte. "Não vamos nos submeter. Vamos discutir, dialogar e nos rebelar. E, na próxima sexta-feira (amanhã), na mesma praça 7 de Setembro, vamos distribuir novos panfletos", avisou o senador.

Freire observou que o PPS estava distribuindo panfletos e santinhos em favor do seu candidato. "E já fazíamos isso no regime militar, contra cachorros e policiais", afirmou ainda o parlamentar. Lembrando que a Constituição, nos direitos individuais, garante a livre manifestação do pensamento, Freire disse que esse dispositivo veda apenas o anonimato, que não houve na panfletagem do PPS.

O senador Djalma Falcão (PMDB-AL), em aparte, condenou a abertura do inquérito contra o PPS. José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou absurda a decisão do juiz, disse que a panfletagem está inserida na liberdade de organização partidária e antecipou que o PT também vai começar a panfletar. O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) defendeu o direito de panfletar, afirmando que o Brasil não pode ter um regime semelhante às ditaduras.

# Benedita exige cidadania plena para os negros

Ao lembrar ontem a libertação dos escravos, ocorrida em 1888, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que, até os dias de hoje, essa emancipação está incompleta. "E, como diz a canção dos Titãs, 'a gente quer inteiro, não pela metade'. Os negros no Brasil reivindicam uma cidadania e um espaço conquistado por inteiro, não pela metade. Essa é a cidadania que esperamos, uma cidadania sem limites", destacou.

Para Benedita, o Congresso Nacional pode funcionar como a vanguarda de um movimento anti-racista organizado, com crescente capacidade de intervenção social, plural e politicamente capaz de alterar a realidade

de que cerca o povo negro.

"Existem projetos de minha autoria em tramitação. Um deles dispõe sobre a inclusão da presença dos negros nas produções das emissoras de televisão, filmes e peças publicitárias. Um segundo garante aos estudantes negros 20% das vagas em instituições de ensino superior", observou.

Ao defender o sistema de cotas, Benedita explicou que ele é necessário porque, como no caso de cotas para candidaturas eleitorais de mulheres, significa oportunidade igual para o exercício da capacidade intelectual do negro. "A maioria dos brasileiros é pobre e não pode frequentar universidades. Pobre e negro não pode ser a equação da

ignorância", assinalou.

Benedita da Silva lembrou que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou-se favorável à adoção do sistema de cotas para negros, citando a declaração do presidente:

"À medida que você amplia a educação, a probabilidade de ascensão dos negros vai ser maior. Não quero entrar na discussão do sistema de cotas, pela resistência que vai provocar, mas não sou contrário. Havendo duas pessoas em condições iguais para nomear para determinado cargo, sendo uma negra,



Benedita citou FHC

eu nomearia a negra".

Segundo Benedita, o movimento negro brasileiro tem enfrentado e questionado as desigualdades raciais. "Se é bem verdade que muitas conquistas já foram obtidas, também é verdade que ainda existe um longo caminho a percorrer e muito ainda a conquistar. O resgate da cidadania dos afro-brasileiros não se fará sem a distribuição justa da terra, sem a implantação de níveis aceitáveis de renda e de emprego. Esse movimento é, em essência, o resgate da própria cidadania brasileira", ressaltou.

# PROGRAMAÇÃO

## TV SENADO

- 7h - Entrevista com a senadora Júnia Marise (PDT-MG) sobre a seca no Nordeste brasileiro
- 8h - Debate com o senador Leonel Paiva (PFL-DF) e o presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas - sobre o projeto de emenda constitucional que prevê a extinção da figura do juiz classista
- 9h30 - Entrevista com a senadora Júnia Marise (PDT-MG) sobre a seca no Nordeste brasileiro
- 10h - Sessão plenária deliberativa (vivo)
- Logo após: Comissão Especial de Rádio e TV (gravado)
- 14h30 - Sessão plenária deliberativa. (reapresentação)
- 18h45 - Entrevista com a senadora Júnia Marise (PDT-MG) sobre a seca no Nordeste brasileiro
- 19h30 - Debate com o senador Leonel Paiva (PFL-DF) e o presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas -

- sobre o projeto de emenda constitucional que prevê a extinção da figura do juiz classista
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - "Especial Seca" - Debate com o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e o deputado federal Roberto Pessoa (PFL-CE) sobre a seca no Nordeste e a utilização do rio São Francisco para abastecimento da região
- 22h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Sete Dias" - entrevista com o senador José Agripino (PFL-RN) e o deputado federal Marcelo Deda (PT-SE)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

## 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

## RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 7h30

Os presidentes do Senado e da Câmara colocaram suas impressões digitais em documento com mais de 1,5 milhão de assinaturas a favor da melhoria da escola brasileira

## ACM e Temer unem-se à luta contra o trabalho infantil

Com a aposição de suas impressões digitais em documento que já recebeu 1,5 milhão de adesões, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, assumiram ontem a liderança das ações parlamentares contra o trabalho infantil e em favor da melhoria da escola brasileira, durante encontro de senadores e deputados com milhares de crianças que participam da Marcha Global contra o Trabalho Infantil e pela Educação, no Salão Branco do Congresso Nacional.

O senador Antonio Carlos e o deputado Michel Temer foram convidados a aderir ao documento com suas impressões digitais, em vez de assinaturas, num gesto de solidariedade a todas as crianças brasileiras que são obrigadas a trabalhar e não podem ir à escola.



Antonio Carlos e Michel Temer coordenarão movimento no Congresso

de a todas as crianças brasileiras que são obrigadas a trabalhar e não podem ir à escola.

Ao falar aos participantes da mar-

cha, Antonio Carlos disse ter certeza de que os parlamentares brasileiros serão sensíveis e solidários aos esforços legislativos para acabar

com o trabalho infantil e garantir uma boa escola a todas as crianças. Um dos caminhos para isso, lembrou, é a votação de leis que, gerando empregos para os pais, "permitam tirar as crianças do campo".

O presidente do Senado destacou que a luta para acabar com a exploração do trabalho infantil é de legisladores e governantes. Ele repudiou a exploração demagógica do trabalho infantil e conclamou os parlamentares a produzirem leis que beneficiem as crianças e permitam prepará-las para "governarem bem o Brasil".

A marcha teve o apoio da Organização da Unesco e da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq).

## Valadares pede informação sobre obras no Nordeste

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou requerimento solicitando ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, que informe quais as obras realizadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no Nordeste, nas áreas de irrigação, aduagem, canalização de água de rios ou abertura de poços artesianos.

No mesmo requerimento, o senador indaga do ministro quais as obras realizadas no Nordeste pelo governo federal, diretamente ou em parceria com estados e municípios, no setor de abastecimento de água em benefício das populações do semi-árido. Ele disse que na atual seca que castiga a região transparece para a opinião pública que não existe prioridade no atendimento das áreas flageladas.



Valadares critica governo sergipano

Valadares informou que, junto com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), visitou região atingida pela seca em Sergipe, observando o menosprezo com que o sertanejo está sendo tratado. Ele narrou ter ouvido testemunhos de que a União, o estado e os municípios estão adiando providências e prolongando o sofrimento do povo.

Denunciou que, num momento em que a solidariedade é fundamental, o governo estadual autorizou empresas de água e luz a cortarem o fornecimento de quem tem contas em atraso, aprofundando a crise dos que enfrentam a seca. Mas a maior reclamação ouvida por Valadares consiste na falta de um programa permanente e duradouro para resolver os problemas da região. "O Nordeste está cansado de esmolas e caridade pública", sustentou o parlamentar.

O senador afirmou que não faz uma "oposição destrutiva" e explicou que dá oportunidade ao governo de mostrar ao Senado e ao Brasil o que está fazendo em favor do povo atingido pela seca. "Não estamos aqui para ofender o presidente da República, mas, num país que dá emprego, não existe vagabundo", disse ainda Valadares, aludindo às críticas do presidente Fernando Henrique Cardoso aos brasileiros que se aposentam com menos de 50 anos.

## Suplicy defende renda mínima como alternativa

Para sensibilizar o Senado na adoção de medidas que venham a combater o trabalho infantil, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em plenário o documento elaborado pelas crianças que participaram da Marcha contra o Trabalho Infantil, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele se solidarizou com suas reivindicações, enfatizando que programas como o de renda mínima podem garantir que as crianças permaneçam na escola.

O documento, enviado aos presidentes da República, da Câmara e do Senado, além da Conferência dos Direitos Humanos, propõe a fiscalização sobre o trabalho infantil e punição severa aos exploradores; ampliação da bolsa escola e dos programas de renda mínima; garantia a todas as crianças de acesso e permanência na escola; ampliação da oferta de empregos aos pais e salários que sejam suficientes para garantir as necessidades das famílias, bem como aprovação de emenda constitucional proibindo trabalho de crianças menores de 14 anos.

Suplicy citou trechos do do-

cumento: "A gente sonha muito. Sonhamos com o dia em que todos nós possamos viver nossa infância e adolescência com dignidade. Queremos estar nas escolas. Tem gente que diz ser melhor trabalhar que roubar. Nós achamos que é melhor estudar que roubar e, também, que é melhor estudar que trabalhar. Nós acreditamos que o presidente da República tem que dar mais atenção para as pessoas que vivem no campo, terras para os que querem trabalhar nela. Só assim as pessoas deixarão de vir para as cidades e vai haver mais alimento para todos", concluíram as crianças.



Suplicy leu manifesto

Mauro: presidente verá colheita

## Mauro anuncia visita de FH a Goiás

O presidente Fernando Henrique Cardoso assistirá hoje ao início da colheita de algodão no município de Acreúna, em Goiás, em visita que, na expectativa do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), "deixará marcas objetivas no desenvolvimento econômico da região sudoeste do estado". Além da colheita, o presidente será homenageado e participará das festividades de aniversário da cidade.

Com economia diversificada, o sudoeste goiano tem um setor agro-industrial dos mais fortes do Centro-Oeste, avançado pela cultura do algodão, informou o senador. Maior produtor de algodão do país, Goiás também detém o primeiro lugar em produtividade, contando com uma área plantada de 163 mil hectares e 36 usinas de beneficiamento de algodão, acrescentou.

Mauro Miranda afirmou que, na visita, o presidente poderá conhecer os problemas que atingem a cultura do algodão, contidos em documento já enviado às autoridades federais pelos dirigentes das entidades representativas dos produtores. Tendo realizado grandes investimentos em tecnologia de produção e beneficiamento, na compra de máquinas e montagem de novas usinas, os produtores enfrentam uma crise de demanda, tanto que os preços de mercado estão inferiores ao preço mínimo estabelecido pelo governo, esclareceu.

Os produtores reivindicam, entre outras medidas, a revisão dos prazos de financiamento e das taxas de juros, a aquisição de 20% da produção de algodão em pluma dos produtores que não estejam enquadrados no benefício dos adiantamentos do governo federal (AGFs) e igualdade de condições com o algodão importado nas operações de comercialização, afirmou.